

Assembléia decide aguardar publicação da Sentença

A assembléia que discutiu a questão da Produtividade de 1984 da CELESC, realizada no dia 24/05, resolveu aguardar a publicação da sentença que garante o direito à categoria para então tomar medidas mais objetivas no sentido de garantir o pagamento.

Durante a Assembléia foi relatado minuciosamente todo o processo, desde de 1984. Este relato será transformado em um Boletim Especial da Intersindical para informar toda a categoria sobre a questão.

A tônica de todas as intervenções foi a intenção da diretoria da CELESC de retardar ao máximo o pagamento, jogando no prejuízo da categoria. É consenso que o pagamento da Produtividade vai depender de luta e mobilização.

O Sindicato manterá a categoria informada sobre todos os novos fatos que ocorrerem.

Fórum vai encaminhar lutas nas estatais e serviço público

Hoje (dia 02) será constituído o Fórum Catarinense de Empregados em Estatais e Serviço Público Federal e Estadual, com o objetivo de encaminhar unitariamente as lutas contra as privatizações e a política econômica do governo.

A concretização desta instância representa um significativo avanço para o movimento sindical. A criação do Fórum foi definida no dia 25/05 em uma reunião que reuniu entidades dos Bancários, Eletricitários, Previdenciários, Serviço Público Estadual e Federal, e é reflexo das lutas travadas recentemente quando do congelamento da URP.

PROGRAMA DE LUTAS

A instalação de Fóruns como este foi indicada pela Plenária Nacional de Entidades ligadas a Estatais (21 e 22 de maio em Brasília), que apontou para o desenvolvimento de uma ampla campanha nacional. Os eixos desta campanha serão a anistia aos demitidos nas greves, contra a privatização das estatais, fim do governo Sarney, reposição das perdas salariais, reajuste de salários mensal de acordo com os índices do DIEESE e revogação do decreto que congelou a URP.

GREVE GERAL

As ações do Fórum vão caminhar no sentido de envolver toda a população nesta luta, acumulando forças para que seja feita uma greve geral que tenha como eixos as bandeiras mencionadas acima.

A reunião que formalizará o Fórum será às 19 horas, no Auditório do Sindicato dos Engenheiros (Dom Jaime Câmara, nº 9), com a participação de representantes de todas as categorias envolvidas.

Plano de Carreira:

Negociações não avançam

As duas semanas de negociação sobre o Plano de Carreira da Eletrosul não apresentaram nenhuma solução. O problema maior encontrado pela Intersindical é o fato dessas reuniões não se darem diretamente com a diretoria, mas sim com uma Comissão que representa a empresa.

Como essa Comissão não tem nenhum poder de decisão, provoca limitações nas negociações, pois antes de apresentar alguma resposta, tem que consultar a diretoria da empresa. Portanto, é uma forma muito insatisfatória de negociar.

As questões mais importantes como o Conselho de Recursos Humanos, avaliação de chefias por parte dos empregados, critérios claros de promoção e movimentação dentro da empresa, esgotaram-se nesse nível de negociação.

A Intersindical discutirá a questão do Plano de Carreira e uma melhor forma para se dar essas reuniões. Inclusive, estão previstas Assembléias gerais onde será colocado a categoria o relato das negociações e se discutirá maneiras para que os resultados se concretizem.



Sind. Eletricitários Fpolis/Sind. Eletricitários Tubarão

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 12

Eletricitários perdem um terço dos salários

O núcleo do DIEESE da Intersindical Eletricitária de Santa Catarina fez os cálculos da perda salarial dos trabalhadores da CELESC e ELETROSUL, da data-base até o mês de abril, e o resultado não foi nada animador. A defasagem salarial deste período foi de 33,67% na Celesc e 29,53% na Eletrosul. Isso se explica pela disparidade que há entre o aumento dos salários em relação ao aumento do custo de vida. Como exemplo, temos a nossa já conhecida URP, que pela sua "debilida-

de" não consegue acompanhar a "vitalidade" da inflação.

CELESC

Do mês de outubro/87 (data-base da categoria) até o mês de abril/88, os trabalhadores da CELESC tiveram uma variação salarial de 83,99%. Mas, segundo cálculos do DIEESE, o Índice de Custo de Vida — ICV, do mesmo período, foi de 177,40%, representando uma perda salarial de 33,67%. Hoje, para recuperar essa defasagem, é necessário uma reposição salarial de 50,77%.

ELETROSUL

Na ELETROSUL a situação não é diferente. Entre o mês de novembro/87 (data-base da categoria) até o mês de abril/88, o salário dos trabalhadores dessa empresa variou em 75,75% (não está incluída a inflação do mês de junho/87 - 26,06%). Enquanto isso, o Índice de Custo de Vida, no mesmo período, foi de 149,39%. Portanto, os seus salários acumularam uma defasagem de 29,53%. E, para recuperar o poder aquisitivo dessa categoria em relação ao mês de novembro/87, é necessário

que seus salários sejam reajustados em 41,90%.

NUCLEO DO DIEESE

Já está em funcionamento o núcleo do DIEESE da Intersindical Eletricitária de Santa Catarina, tendo como responsável o economista Sergio Luiz da Silva. A função desse núcleo, que está sediado na sede do Sindicato dos Eletricitários de Fpolis, é assessorar economicamente os sindicatos, incluindo assessoria nas negociações, participação na elaboração da pauta de reivindicação, estudo sobre a conjuntura, etc.



Garantia de emprego

Mauro Guimarães Passos

Vice-presidente Sind. Eletricitários Fpolis

vez o maior problema da administração de pessoal nas Empresas Públicas. É uma arma poderosa em mãos inescrupulosas, que a utilizam como meio de favorecimentos políticos e apadrinhamentos pessoais.

Esta questão de manusear com pessoas, não se restringe apenas aos contratados, pois, se a nossa memória não for curta, iremos nos lembrar o que foi a luta dos Sindicatos e da APROSUL para defender a Cláusula da Garantia de Emprego no Acordo de novembro passado.

Defendia os interesses da Empresa naquela ocasião, o então Todo Poderoso Assistente do Diretor Administrativo, Luis Felipe, como Coordenador da Comissão de Negociação (pois na ELETROSUL Diretor não negocia com Sindicatos).

Durante vários dias, o argumento utilizado pelo citado cidadão, era de que a ELETROSUL precisava ter autonomia para despedir empregados, que a tinham lesado na gestão Dallanhol.

Como, por ironia do destino, é justamente ele, Luis Felipe, que agora tem seus bens alienados pela Justiça a pedido da própria ELETROSUL, por ter dado desfalque e se encontrado em lugar incerto e não sabido...

Como se pode ver, neste mar de lama os tubarões brigam entre si, restando ao empregado comum se entrincheirar nos seus sindicatos e associações para lutar pelo seu elemento direito ao trabalho.

Tudo isso aconteceu apenas nos últimos seis meses, e é justamente o tempo que nos falta para assinar

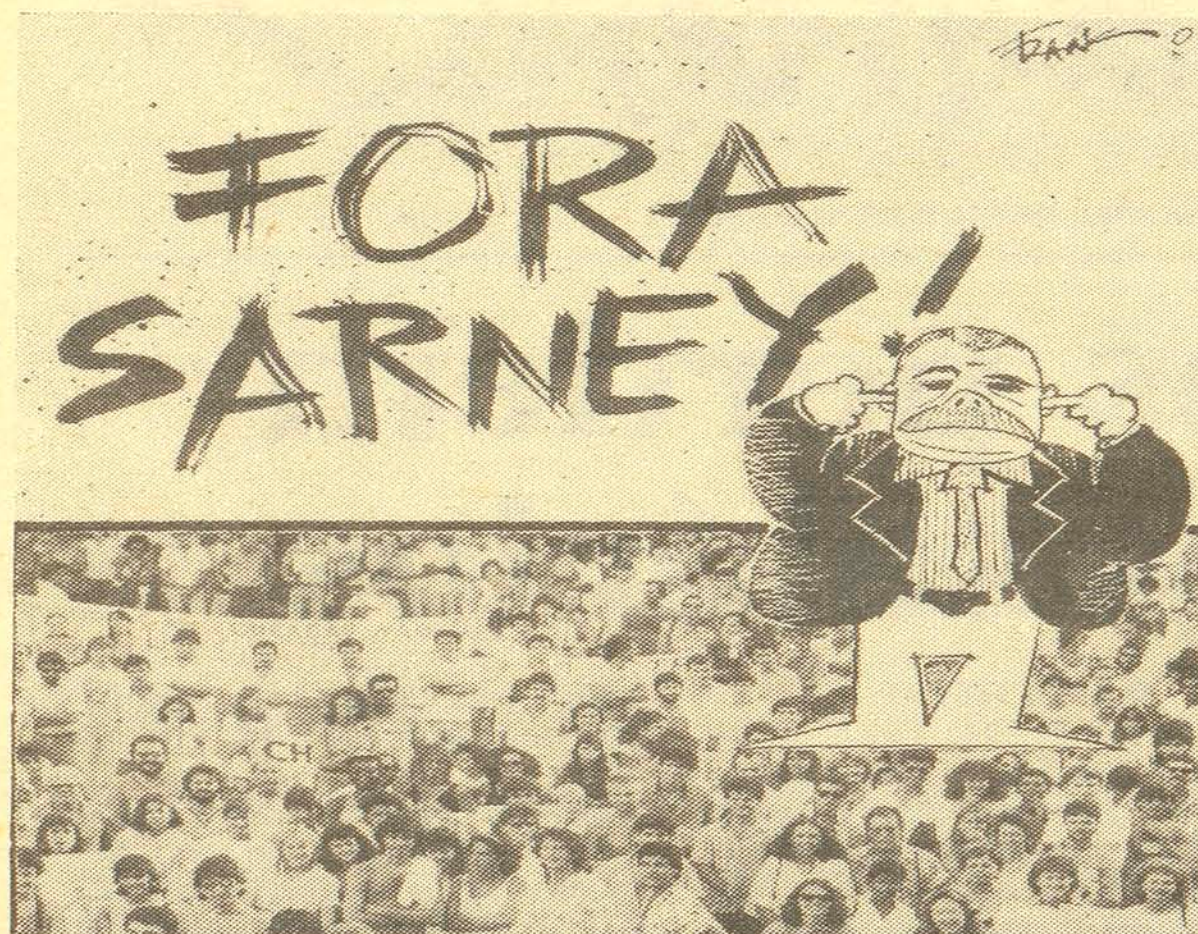
mos um novo Acordo Coletivo. Por isso, é de fundamental importância que já comecemos a refletir e discutir sobre a mais importante das cláusulas — A GARANTIA DE EMPREGO.

Sem ela, todo o resto passa a não ter o mesmo valor. Nenhuma conquista é permanente, pois estaremos sempre sujeitos a perdê-la pelo simples ato da rescisão do Contrato de Trabalho. Naturalmente, e até compreensivelmente passaremos a desempenhar nossas funções com uma alta dose de insegurança. Do humor do Chefe, dependerá a nossa permanência no trabalho. De uma simples assinatura, o fim de uma carreira.

Aos subservientes que se prestam ao jogo dos Donos do Poder, fica também um alerta, de que para o seu lugar sempre haverá alguém politicamente mais afinado, ou socialmente mais ligado.

Antes de se pensar em demitir, é preciso em primeiro lugar aprender a gerir e administrar, recursos e pessoal, com transparência e com decência. Por isso, é que consideramos a GARANTIA DE EMPREGO, numa Empresa como a nossa, sem critérios para avaliar desempenho, promover admissões e proceder demissões, como a bandeira principal de uma luta coletiva, pois ela, além do emprego, garante também a dignidade profissional, sem a qual deixamos de ser homens úteis à Nação, para nos transformarmos, em apenas números de matrícula, massa de manobra de qualquer Diretoria sem compromisso verdadeiro com a sociedade.

Constituintes decidem se Sarney fica ou sai



Esta semana os Constituintes vão resolver se o povo vai ou não escolher, ainda este ano, um presidente da República. Os deputados e senadores vão definir se Sarney fica ou não mais um ano no Planalto.

Talvez os Constituintes não saibam, mas os trabalhadores sabem o que representa mais um ano para este governo: mais arrocho, mais recessão, mais corrupção, etc... Na verdade eles sabem o que isso representa, mas o adiamento das eleições representa para eles um tempo maior para rearticular os seus partidos dilacerados pelos interesses pessoais e de grupo.

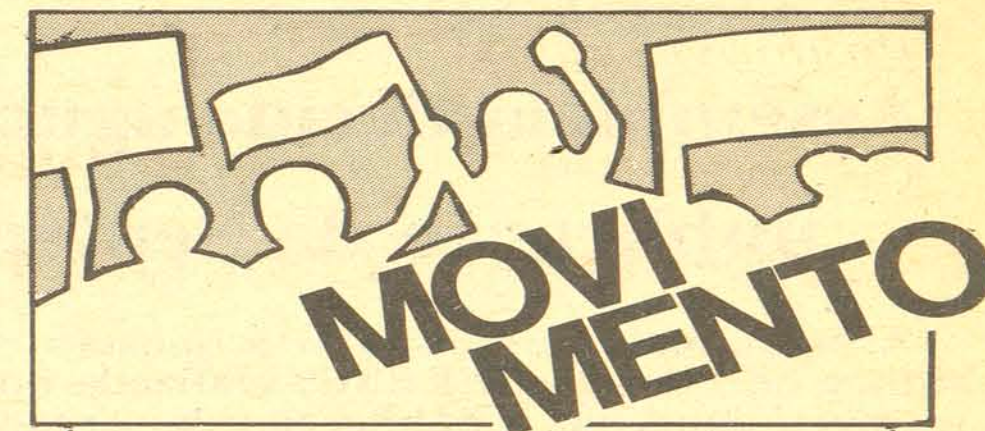
Os que pensam em dar cinco

anos para Sarney pensam, sobretudo, na manutenção deste estado de coisas, na perpetuação de seus interesses de classe dominante no poder. Para a maioria do povo, não realizar eleições agora representa uma tragédia em todos os sentidos.

CONQUISTAR NA LUTA

Há muito tempo que DIRETAS JÁ é uma aspiração majoritária da população. Mas as eleições e o fim do governo Sarney não virão de graça. A hora é de luta e mobilização.

É necessário que todos participem dos atos e das manifestações em favor das DIRETAS JÁ e do fim deste governo. É preciso que se esteja atento ao nome de quem votar contra as DIRETAS JÁ.

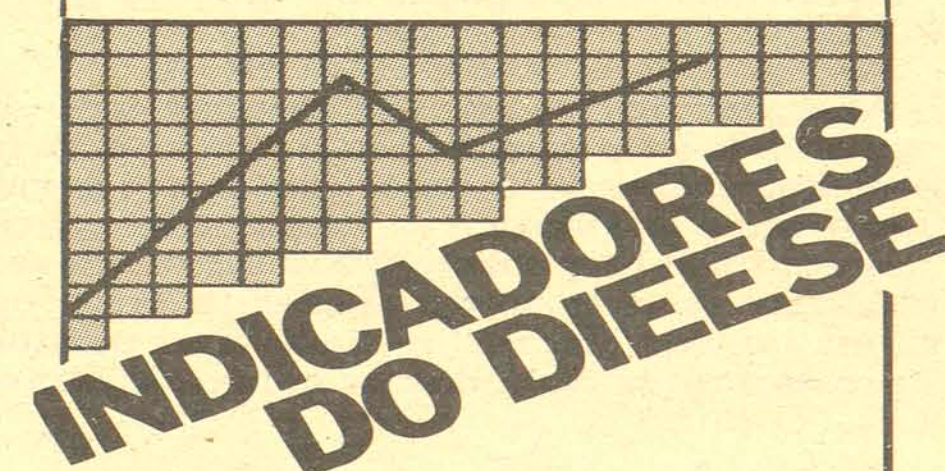


Acordo Coletivo

A diretoria da CASAN entrou com uma ação para anular o Acordo Coletivo, que já foi homologado na DRT, no dia 25/05. Isso quer dizer que a empresa dá um passo a frente e outro atrás, pois está negando uma proposta que ela própria elaborou. Mas, a polêmica está centrada em cima da cláusula da **garantia de emprego**, que foi uma conquista dos trabalhadores desta empresa. A categoria está mobilizada, caso a CASAN decida não cumprir o Acordo. Se até o dia 10/05 a empresa não pagar o que foi acordado, a categoria fará uma Assembleia Geral dia 13/05, cuja pauta será o indicativo de greve.

Greve

No dia 25/05 os trabalhadores da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Florianópolis entraram em greve por tempo indeterminado. A reivindicação dos grevistas é que a produtividade seja paga, pois pelo Plano de Carreira aprovado pela Câmara dos Vereadores, a produtividade para os setores de Finanças, Obras e Urbanismo e Serviços Públicos ficará congelada.

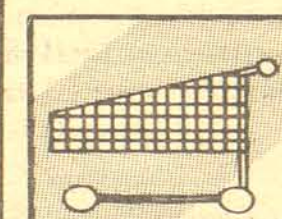


1º/04/88 à 30/04/88



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 19,80%
1 a 5 Salários - 19,90%
1 a 30 Salários - 19,88%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- Cz\$ 4.683,40



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- Cz\$ 46.211,34

Contratados:

Mão-de-obra de aluguel

Na Assembleia dos Contratados da ELETROSUL, ocorrida na última quinta-feira (26/05), o sindicato fez um relato sobre a situação irregular e ilegal da mão-de-obra contratada, que é uma forma de alugar a força de trabalho.

Pela legislação, as pessoas contratadas que prestarem serviço há mais de noventa dias em uma empresa passam a fazer parte do seu quadro efetivo. Essa é também uma forma de encaminhar, de forma indireta, a privatização das empresas estatais, pois são empresas privadas que fornecem essa mão-de-obra como empreiteiras, empresas prestadoras de serviço e construtoras. Além do que, o prejuízo econômico para a ELETROSUL é maior do que se essas pessoas fossem empregados efetivos, pois em grande número de casos o valor pago às empresas que fornecem essa força de trabalho é maior que o salário pago aos empregados efetivos.

Na ELETROSUL ocorreram inúmeras contratações sem critérios e as recentes demissões de vários contratados também se deram sem nenhum critério.

DEMITIDOS

O sindicato põe sua Assessoria Jurídica à disposição dos contratados, demitidos ou não, que quiserem entrar com Ação Judicial para comprovar o seu vínculo empregatício com a ELETROSUL. No entanto, essa é uma medida apenas paliativa, pois a situação dos contratados só será resolvida concretamente através da implantação do Plano de Carreira, conforme a proposta encaminhada pelos empregados.

“Comando Delta” contava com Secretaria de Segurança

“...foi previsto um reforço de vigilância nas SE's para os dias previstos de greve. A Polícia Militar é a responsável pela segurança das instalações dentro do Estado, devendo ser contactada em caso de emergência; em caso de ameaça a pessoas, o contato será com a Polícia Civil (Delegado local). As autoridades estaduais (Governo e Secretário de Segurança) estão cientes do Esquema e das pessoas que estarão em cada SE, autorizadas a solicitar apoio aos órgãos de segurança estaduais.”

Esta é uma das orientações do “Comando Delta”, seguindo o plano aprovado em conjunto com as demais empresas no GCOI, conforme diretrizes do Plano Nacional de Emergência Energética, (EBRAS/JAN/88). Estas medidas tinham o objetivo

de reprimir o movimento dos dias 3 e 4 de maio.

Conforme as “instruções básicas”, as equipes especiais (Comando Delta) representavam a administração da Empresa para resolver problemas técnicos-administrativos e deveriam tomar medidas necessárias para garantir a operação.

Além disso, as equipes deveriam tomar as providências coordenadamente, catalogando as suas instruções (nomes e endereços de pessoas do Esquema, endereço particular de cada operador, etc...). As passagens, segundo as instruções, deveriam ser emitidas normalmente, assim como o dinheiro necessário, “fora dos limites normais se for o caso”.



Justiça: Diferentes sentenças para uma única ação

A Justiça do Trabalho respondeu às ações movidas por empregados da ELETROSUL de diversas formas, muitas vezes contraditórias. Abaixo apresentamos um balanço da situação até o dia 31/05.

Florianópolis: Concedida liminar, as URPs já foram pagas; a Empresa recorreu e o TRT indeferiu; o Sindicato já ingressou com mais duas ações de novos sindicalizados; **Tubarão:** A Junta de Conciliação e Julgamento daquela cidade não concedeu a liminar e o Sindicato já ingressou com nova ação com o mesmo sentido; **Joinville:** A Justiça só vai julgar a ação depois de ouvir a Empresa; **Mafra/Canoinhas:**

Liminar concedida, URP já foi paga mas Empresa recorreu e recurso não foi julgado; **Curitiba:** As URPs já foram pagas embora a Empresa tenha tentado depositar os valores em juízo; a Justiça manteve a liminar; **Salto Osório:** As URPs já foram pagas; **Salto Santiago** liminar concedida e pagamento deve ser feito esta semana; **Guaira:** Com a liminar, URPs devem ser pagas esta semana; **Guarapuava:** A ação ainda não foi julgada; **Rio Grande do Sul:** A URP já foi paga em todas as áreas; **Londrina, Ivaiporã e Canto Mourão:** Ação ainda não foi julgada, e **Mato Grosso do Sul:** As URPs foram pagas mas a liminar foi cassada, havendo o desconto dos valores no último salário; os empregados aguardam o julgamento da ação principal.